

Kraô faz eclodir realidade indígena

Reportagem:
José Lindomar de Almeida
Fotos: **João Luiz**

Até a extrapolação dos limites oficiais da crise envolvendo os Kraô e funcionários da Funai, a situação do índio em Goiás era dada como normal e diferente dos demais Estados, onde as nações indígenas estão sempre ameaçadas pela civilização e sem meios concretos de se defenderem. Há tempos, o delegado do órgão em Goiânia, Ivan Baiocchi, afirmou que o principal vetor de conflito entre índios e brancos é a demarcação de terras. Em Goiás, todas as áreas indígenas estão demarcadas.

Anteontem à noite, o presidente da Funai, coronel Paulo Leal, admitiu a existência da crise, o fato de funcionários terem sido mantidos como reféns e a falta de habilidade do pessoal da Funai em Itacajá, que poderia ter impedido a revolta na aldeia, inicialmente envolvendo apenas índios da aldeia Galheiros e depois mais três das cinco restantes — Pedra Branca, Pedra Furada e Cachoeirinha. Em suas declarações, ele afirmou que ia atender as reivindicações dos Kraô — caminhão, jipe e trator — e que o órgão assumiria seu papel real de dar assistência ao índio.

DENÚNCIAS
Apesar da promessa do presidente em atender as reivindicações e do seu interesse em assumir o papel de dar assistência ao índio e das constantes afirmações de que não existem problemas, a política indígena em Goiás não está sendo diferente com relação aos outros Estados nem seus problemas estão resolvidos, além de existir uma predisposição de impedir que esses assuntos sejam denunciados.

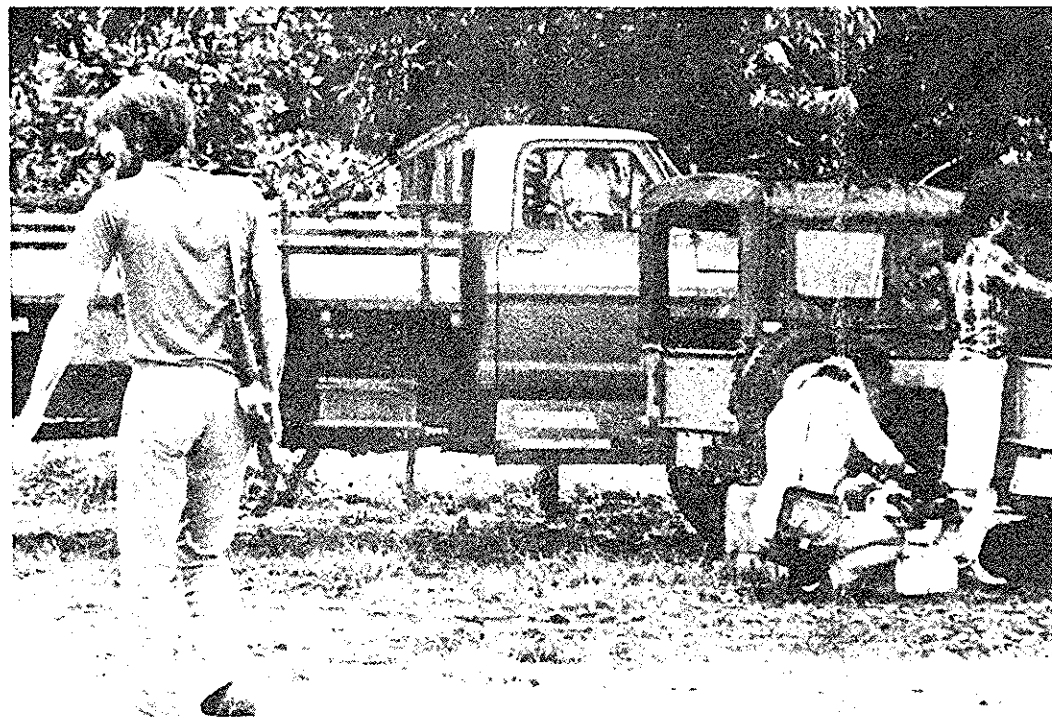
Isso ficou evidente quando os jornalistas chegaram a Itacajá e sofreram pressões não só para entrar na aldeia de Galheiros mas também para deixar a cidade, a 70 quilômetros do ponto de conflito. Mesmo com as pressões, os jornalistas não desistiram e começaram a manter contatos com índios que andavam pelas ruas da cidade. Estes, por sua vez, foram proibidos de dar entrevistas pelos funcionários do órgão. Diante de todas essas barreiras a equipe resolveu entrar na aldeia através de Pedra Branca, onde existe um posto, mesmo com a proibição explícita do coronel Silveira, diretor do Departamento Geral de Operações, que se recusou a dizer onde ficava o limite da reserva.

Com um jipe alugado e com a ajuda do índio Manoel Batista Kraô, a equipe se deslocou. Durante a viagem começaram a surgir as denúncias. Manoel explicou que sua nação estava vivendo da agricultura e que estava encontrando muitas dificuldades com a colheita, já que o arroz estava maduro e perto de apodrecer nos cachos. Isso, no entanto, não ia trazer grandes prejuízos, já que os preços em Itacajá não são compensadores. O arroz vendido por lavradores brancos encontra preços que variam de dois mil a três mil cruzeiros por saco de 60 quilos. O mesmo produto, se for vendido pelo índio, encontra no máximo Cr\$ 1.000,00.

Ao chegar em Pedra Branca, a equipe foi barrada pelo chefe do posto, um funcionário de nome Augusto. Ele não só impediu a passagem como ameaçou apreender as filmadoras e máquinas fotográficas, se alguma cena fosse feita no interior da reserva. Diante disso, os jornalistas retornaram a Itacajá diante de uma interrogação maior ainda. Manoel recebeu uma gratificação de Cr\$ 1.000,00 e os repórteres começaram a discutir o porquê das proibições para se fazer reportagens na aldeia e ouvir os índios, quando milhares de fazendeiros estão invadindo outras áreas indígenas e construindo suas fazendas, ao mesmo tempo em que o índio fica cada vez mais marginalizado.

Quando a equipe chegou a Itacajá, já por volta das 21 horas de sábado, agentes da Polícia Federal e da Funai abordaram os repórteres, já de forma mais cordial, para saber de detalhes da reserva, já que até aquele momento nenhum deles havia se atrevido a entrar na área, o que também não era conveniente. Em Galheiros, o coronel Silveira e o índio Marcos Terena tentavam negociar com os Kraô a libertação de nove pessoas que estavam impedidas de deixar a área exatamente porque a polícia havia entrado na aldeia. Um dos funcionários da Funai chegou mesmo a pedir aos jornalistas que não colocassem nomes de agentes e funcionários nas matérias porque o Serviço Nacional de Informação poderia causar-lhes dificuldades futuras no processo de promoção da Funai. Entre os nomes ele fez questão de frisar o de Augusto e do delegado Ivan Baiocchi. "Divulgação de nomes pode até causar demissões".

Na manhã de domingo, os primeiros Pedrinho e Francisco Kraô, filho e sobrinho do cacique João Canuto, procuraram a reportagem para levá-la à aldeia e tomar conhecimento das causas que geraram a crise. Além de admitirem todas denúncias que estavam sendo feitas pela imprensa, Pedrinho e Francisco fizeram outras mais graves ainda. Funcionários da Funai estavam agindo como atravessadores da pro-



Agentes federais, com metralhadoras, nas ruas de Itacajá



O repórter e o guia que o levou à aldeia de Pedra Branca



O índio transporta a câmara de vídeo



A estrada para a reserva está assim



O indiozinho observa tudo e aprende



O indiozinho pediu escola



Mulher e criança nada decidem na tribo



A pobreza é uma tônica na aldeia dos Kraô



Mãe e filho, carinho de sempre



Os índios Kraô ajudaram os repórteres

dução da aldeia. Pagavam-lhes Cr\$ 500 por saco de arroz e vendiam em Itacajá por Cr\$ 2.000,00. Com relação ao artesanato, os funcionários não chegavam a agir dessa maneira porque se tratava de produto de menor porte e os índios traziam-no para Goiânia. Se algum Kraô resolvesse vender o produto na cidade, não encontraria preço melhor.

Depois de terem andado 48 quilômetros por estradas péssimas e caminhar mais de 24 quilômetros pelos cerrados, atravessando rios e subindo serras, os jornalistas chegaram à aldeia antes que os funcionários da Funai os descobrissem. Lá o chefe interno da aldeia, Agostinho Kraô, membro mais velho do conselho e prefeito da área, recebeu a equipe com o máximo de gentileza e se propôs a cozinhar uma galinha, para alimentar a equipe. Antes, porém, ele reafirmou as denúncias de Pedrinho e Francisco e disse que pelos mesmos motivos é que eles desejavam a retirada total da Funai daquela região, já que o órgão não os ajudava em nada. "Quando algum índio começa a aprender alguma coisa e ficar inteligente, a Funai não lhe dá mais condições para prosseguir os estudos. Ela tem medo que índio formado poderá dar-lhe mais trabalho. Aqui nós temos dois motoristas e um bom tratorista, o Damião. Mas a Funai não dá tratores nem caminhão para que possamos arar nossas roças e nós mesmos providenciarmos o transporte e venda de nossos produtos na cidade. Agora vêm eles aqui prender quem nos ajuda mais do que a Funai. Não, nós não aceitamos isso porque Paulo César não matou, não roubou nem transgrediu nossas leis dentro da aldeia. Ele estava para ajudar na colheita".

A denúncia de que os índios nem sempre podem aprender o que querem foi confirmada mais tarde. Quando ia à cidade como guia da equipe, o Amâncio, solteiro e com 26 anos, contou que já concluiu o primeiro grau e não pode cursar o segundo porque a Funai não ajuda e ele não dispõe de meios. Enquanto isso, ele leciona o idioma Kraô às crianças e nas horas de folga trabalha na lavoura da aldeia. Muitos membros da tribo trabalham fora também, só que são discriminados. Enquanto um branco ganha, uma média diária de Cr\$ 300,00, o índio recebe apenas Cr\$ 150,00. Essa denúncia foi feita por Ribamar Canuto, pouco antes da chegada de dois funcionários que estavam no posto — Fidécio e

Paulinho. Enquanto Fidécio perguntava se alguém tinha autorização da Funai para invadir a reserva, Paulinho ameaçava quebrar uma máquina fotográfica e praticamente fazer reviver o conflito. O fato foi comunicado imediatamente à delegacia em Goiânia e os repórteres foram impedidos de deixar a área até que o escallão superior decidisse o que fazer: entregar todos os integrantes da equipe à Polícia Federal em Itacajá, liberá-los, aprender apenas as máquinas e filmes ou soltá-los.

NOVO CONFLITO
Quando notaram que o destino dos repórteres estava nas mãos dos funcionários, os índios se reuniram, discutiram em idioma Kraô e depois procuraram um papel e assinaram uma declaração assumindo toda responsabilidade pela presença dos jornalistas na aldeia. "Não se preocupem. Se prenderem vocês, terão de prender todos nós", disse Ribamar Canuto, filho mais velho de João Canuto o membro do conselho. Já por volta das 19 horas, a situação já estava resolvida. Todos foram liberados através de uma mensagem de Ivan Baiocchi. Osmar Terena, que já estava no posto, mudou seu comportamento, passando de hostil a gentil, ofereceu um café e um saco de bolachas para os repórteres tomarem um lanche, já que estavam há 24 horas sem qualquer refeição. "Vocês foram liberados pelo delegado para que possam fazer uma boa reportagem", declarou.

Apesar de todo o esquema de omissão e de silêncio, houve ainda uma outra denúncia de que os índios estão servindo de joguetes nas mãos de políticos. Uma fonte oficiosa informou que em Tocantina 300 índios estão com seus títulos de eleitor prontos, mesmo sendo tutelados.

COLABORADORES
Para que todo o trabalho da equipe da Organização Jaime Câmara, a primeira a denunciar o caso, pudesse realizar seu trabalho, ela contou apenas com a colaboração dos próprios índios, cuja imagem na cidade era de feroces sequestradores de brancos, e do contingente da Polícia Militar, que socorreu seus integrantes quando a verba de que dispunha acabou.

Isso contribuiu em grande parte para que os leitores pudessem tomar conhecimento de que em Goiás a terra não é o único problema que o índio vive. Ele é discriminado, explorado e escondido como qualquer minoria.